

**ARTIGO ORIGINAL**

**A ATUAÇÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL E  
COMUNITÁRIA NA COMUNIDADE DE PENDANGA – IBIRAÇU/ES**

**Maria Goretti Tótola<sup>1</sup>**

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Colatina/ES– Brasil

**Fabício Moraes<sup>2</sup>**

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Colatina/ES– Brasil

**RESUMO – A atuação pública para o desenvolvimento do turismo de base local e comunitária na comunidade de pendanga – Ibiracú/ES.** Esse artigo é resultado de um estudo de caso a cerca do turismo de base local e comunitária, apresentando os diversos conceitos e perspectivas teóricas sobre tais modelos de desenvolvimento turístico. Focaliza a comunidade de Pendanga, dotada de certa coesão social, localizada no Município de Ibiracú – ES, cujo objetivo é analisar as possibilidades de atuação pública no desenvolvimento da atividade turística de base comunitária e inclusão sócio-cultural e ambiental. A partir da análise dos discursos dos diversos atores sociais da comunidade, após pesquisa de campo realizada, constata-se ser necessário que se inicie um processo de sensibilização e estímulo da comunidade para o desenvolvimento do turismo de base local, o que deve ser conduzido inicialmente pelo poder público, pois observou-se pouca sensibilização por parte da comunidade para a importância do turismo e baixa participação da comunidade junto às lideranças locais.

**Palavras-chave:** Turismo de base local; Turismo de base comunitária. Gestão Pública.

**ABSTRACT – A civil action for the development of tourism and community based on local community pendanga - Ibiracú/ES.** This article is the result of an exploratory study about the local and community-based tourism, presenting the various concepts and theoretical perspectives on such tourism development models. Focuses on community Pendanga, endowed with certain social cohesion in the county of Ibiracú - ES, whose goal is to analyze the possibilities for public action in the development of tourism and community-based socio-cultural inclusion and environmental. From the discourse analysis of social actors from the community after field research, finds to be necessary to initiate a process of awareness and encouraging the community to the development of locally based tourism, which should be led initially by the government because there was little awareness among the community about the importance of tourism and low community participation with local leaders.

**Keywords:** Tourism local basis; Community-based tourism. Public management.

---

<sup>1</sup> Turismóloga, Especialista em Educação pelo Instituto Pedagógico Latinoamericano y Caribeño (IPLAC). Aluna do Curso de Especialização *Latu sensu* Gestão em Políticas Públicas Municipais do Instituto Federal do Espírito Santo. *Email:* [gtotola13@yahoo.com.br](mailto:gtotola13@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Administrador. Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Colatina - ES. *E-mail:* [contateme@gmail.com](mailto:contateme@gmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade turística se configura em muitas localidades como elemento gerador de renda e trabalho, catalisador de movimentos associados às comunidades onde possam ocorrer processos de estagnação econômica, perda do dinamismo nas relações político–institucionais e baixo nível de integração entre os diversos atores sociais que compõem o universo circunscrito ao turismo.

Observa-se, nas últimas décadas, um movimento de valorização dos espaços menos modificados pela ação do homem, habitados por comunidades tradicionais que guardam características históricas e paisagísticas originais, fenômeno resultante da degradação dos espaços urbanizados nas cidades.

Uma alternativa para essas localidades seria a gestão da atividade turística, visando fortalecer suas potencialidades e minimizar seus impactos negativos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, aumento da competitividade e poder de atração turística, assim como a preservação e proteção do ambiente cultural e ambiental.

Em contraponto ao turismo de massa, surge como uma nova forma de gestão da atividade turística, que tem como princípios respeitar as capacidades de absorção dos espaços de recepção, em termos naturais, culturais e sociais, promovendo a conservação dos recursos locais, físicos e humanos.

São formas de gestão de um turismo alternativo ou tomado como turismo de base local, caracterizando-se como uma “mediação possível” de dinamizar a economia dessas comunidades, mantendo sua identidade cultural como principal atrativo turístico, fazendo um intercâmbio de culturas entre turistas e população residente, trazendo essa população para participar ativamente dessa atividade (CAVACO apud SILVEIRA, 1996).

Já os princípios e fundamentos do turismo de base comunitária propõem a propriedade dos empreendimentos turísticos pela comunidade, através da formação de cooperativas, comitês comunitários de turismo sustentável e incentivo ao empreendedorismo local, por meio de um tipo de planejamento participativo (oficinas reuniões, assembleias, organização dos comitês comunitários) amplamente discutido na comunidade, para saber diretamente desta as melhores formas de ação.

O Distrito de Pendanga possui um significativo potencial turístico voltado para o turismo cultural legado por várias famílias de imigrantes italianos que fundaram a localidade. Trata-se de uma comunidade de cerca de duzentos moradores que preservam hábitos e tradições culturais, herança de seus antepassados. Também possui propriedades rurais que estão se abrindo para receber visitantes, o que pode significar um novo segmento em potencial, o agroturismo e ecoturismo. Além disso, como citado anteriormente, pertence ao Município de Ibirajú, região conhecida pelo turismo religioso por possuir o primeiro mosteiro Zen Budista da América Latina, 67 km distante da capital Vitória.

No entanto, a atividade ainda é incipiente e não proporciona os benefícios possíveis para a coletividade em virtude da inexistência de ações e presença efetiva do poder público, por desconhecimento das possibilidades de atuação de base comunitária.

Esta constatação nos levou a questionar: quais estratégias de atuação do poder público municipal contribuiriam para o desenvolvimento da atividade turística do Distrito de Pendanga – Ibirajú/ES, de forma a beneficiar a comunidade local?

Como objetivo geral, este artigo busca analisar as possibilidades de atuação pública no desenvolvimento da atividade turística de base comunitária e inclusão sócio-cultural e ambiental na comunidade de Pendanga – Ibirajú/ES. Como objetivos específicos, faz um levantamento do potencial turístico da referida região, identificam-se as principais ações do poder público municipal ,visando potencializar

processos emancipatórios nessas comunidades, e ,por fim, busca revelar o interesse no desenvolvimento da atividade turística de base local e comunitária, na percepção dos moradores locais.

A presente pesquisa pretende apresentar possibilidades de desenvolvimento de um turismo que tenha a base comunitária como elemento potencializador do processo sociocultural e ambiental, impulsionado inicialmente pelo poder público local, o qual possui as ferramentas e instrumentos necessários para o desenvolvimento do turismo de base local. Tratará, como estudo de caso, de uma comunidade localizada no Município de Ibirapu (ES) onde se acredita que, com a devida orientação e condução da atividade turística, seja possível maior autonomia da população local como sujeitos protagonistas e atuantes.

Como procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória, do tipo estudo de caso, cujo delineamento é a pesquisa bibliográfica. Na segunda fase, partiu-se para o estudo de campo, utilizando-se como técnica de investigação o levantamento das experiências por meio de visitas *in loco*, e observação participante.

Na coleta de dados em campo, foram utilizados como instrumentos entrevistas semi-estruturadas dirigidas aos principais atores sociais da comunidade envolvida, utilizando-se ainda, por vezes, a técnica da história oral focada nos principais atores sociais da comunidade e representantes públicos da Secretaria de Turismo do município de Ibirapu/ES. Para a análise, os dados foram transcritos a partir dos discursos dos moradores e depoentes, considerando o ponto de redundância e coincidência das informações, contrapondo-os com os conceitos teóricos apresentados.

## 2 TURISMO DE BASE LOCAL E COMUNITÁRIA

A atividade turística como perspectiva de desenvolvimento social se desvela na atualidade como cenário possível de muitas localidades espalhadas pelo mundo. O turismo desponta como alternativa e desencadeador de elementos associados à preservação e sensibilização ambiental, resgate da identidade sócio-cultural, movimentos emancipatórios e empoderamento de comunidades, que, por muito tempo, viveram à margem dos processos decisórios e de constituição de uma sociedade de maior equidade nas relações.

A construção social do desenvolvimento exige o envolvimento de toda a sociedade e a valorização da cultura, buscando sempre estimular a participação das comunidades para maior dinamização econômica como estratégia eficaz e eficiente, sobretudo, para os segmentos sociais menos privilegiados.

Neste sentido, o turismo de base comunitária se apresenta como importante estratégia na tentativa de se incluir comunidades de forma a organizá-las nas tomadas de decisões, nos planejamentos e execução da atividade turística, também como forma de agregar renda e trabalho para as populações residentes.

Araújo (2011, p. 239) preconiza que o turismo de base comunitária

pode contribuir de forma positiva para a geração de mais benefícios para a população local e para a sua autonomia nos processos de decisão relativos ao turismo em seu território. A comunidade pode e deve decidir que tipo de turismo e, conseqüentemente, que tipo de mudanças e novas configurações territoriais está disposta a aceitar. Para tanto, é necessário também que a própria população esteja apta a fazer suas escolhas e saiba, consciente e criticamente, quais são seus impactos e implicações.

Na perspectiva de se desenvolver as ações do turismo com base comunitária, busca-se pelo turismo sustentável que tenha como características integrar a comunidade na preservação de suas raízes culturais, sociais e ambientais, com o sentimento de pertencimento, elementos estes que servem de amálgama para as relações na perspectiva do trabalho coletivo, objetivando o avanço conjunto da comunidade.

Todos esses elementos ajudam na constituição do patrimônio sócio-cultural da localidade com base nos hábitos, valores e costumes da comunidade. Maldonado (2009 apud ZIGMAN e SAMPAIO, 2010, p.6) fala da importância de se pensar no patrimônio comunitário como fonte de atração e instrumento de desenvolvimento, ao definir que:

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza.

Sobre o Turismo de Base Comunitária, o Ministério do Turismo considera que um processo de planejamento deste tipo de turismo é um exemplo de mecanismo mais formal para o aproveitamento da opinião dos cidadãos sobre questões de desenvolvimento. Sua implementação gerará novos interesses competitivos para os agentes da comunidade local inseridos no processo neste processo.

Nas palavras do então Ministro do Turismo Barreto Filho (MINTUR, 2009) “Entendemos que esta é uma alternativa de organização singular para alguns roteiros e/ou regiões de compatibilizar a oferta de produtos e serviços turísticos diferenciados, com a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais”.

Segundo Sampaio e Zamignan (2010, p. 7) do ponto de vista cultural, o turismo de base comunitária

Significa aprendizagem, conhecimento, encontro de pessoas. Representam-se os valores, signos e símbolos que favorecem as relações interpessoais e de hospitalidade entre turistas e visitados. Oferece um local de encontro e convivencialidade, expressando sua essência nas trocas e intercâmbios culturais.

Já o turismo de base local, segundo Irving (2001, p.145), é possível conceituar como sentido de pertencimento ao local:

o local extrapola o conceito de lugar e ganha uma dimensão de qualidade, de sustentabilidade, de potencialidade futura. na perspectiva do local visualiza-se também a oportunidade de inovação, o compromisso de participação e de aderência social e, o engajamento dos atores sociais no processo de tomada de decisões e a conservação do patrimônio natural.

Conforme Oliveira e Ricco (2013), a partir desses dois modelos, a princípio semelhantes em sua conceituação, é preciso estabelecer sua diferenciação a fim de entendermos a participação dos atores sociais e lideranças no processo de desenvolvimento do turismo. O turismo de base comunitária é quando a comunidade conduz as atividades turísticas sem a participação direta de outros atores, é um modelo de gestão mais amadurecido, pois seus atores têm os conhecimentos necessários para planejarem e executarem os seus projetos.

Já no turismo de base local, há a participação da iniciativa privada, por vezes contribuições do terceiro setor, e é exigida a participação do poder público, pois é essa nova estrutura que inicia o processo e a comunidade pode não estar apta a desenvolver sem o auxílio de colaboradores suas atividades em prol do desenvolvimento turístico local.

### **3 ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NO TURISMO DE BASE LOCAL**

A partir da década de noventa, foram lançados os primeiros programas de desenvolvimento local, criando novas perspectivas para muitos municípios de pequeno porte no Brasil, marcados por situações de elevada pobreza e pouco dinamismo econômico (BENI, 2006). Esses programas de desenvolvimento local não nasceram por decisões de políticas públicas, mas das parcerias entre o terceiro setor, fundações e institutos.

Nas palavras de Mielke (2009), em um processo de desenvolvimento do turismo de base local, todos os atores sociais são os elementos essenciais, mas é o poder público o maior responsável pelo direcionamento da atividade. Ele que garante os interesses coletivos, sobrepondo-os aos interesses de um pequeno grupo, pois é o poder público que desempenha a função de regulador da atividade e responsável

pela infra-estrutura básica necessária. Portanto, é necessário, cada vez mais, que as gestões públicas sejam incentivadoras para o desenvolvimento sustentável da atividade turística local.

Segundo Seabra (apud DOWBOR, 2007, p.104) para pensar o desenvolvimento local,

[...] a centralidade dos aspectos econômicos não pode ser abandonada, mas do ponto de vista da promoção da cidadania, só é aceitável uma visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Dessa forma, não é possível deixar de considerar fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição de renda e democratização de acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia. Ou seja, não é aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

É importante destacar que, mesmo havendo as políticas públicas na esfera federal/estadual, o desenvolvimento turístico de base local ocorre de fato no município e em suas comunidades. Trata-se de um negócio de economia social, onde a sustentabilidade está alicerçada na cooperação dos empresários locais junto à comunidade. No entanto, ressalta-se que, no âmbito do desenvolvimento turístico de base local e comunitária, a parceria com o poder público municipal é o início do processo que poderá possibilitar emancipação futura de seus habitantes (MIELKE, 2009).

A emancipação da comunidade se dá à medida em que o grupo de atores sociais estiver apto a estabelecer “as regras do jogo” de forma democrática, madura, transparente, que resulte nos resultados efetivos, assim a comunidade estará preparada para tomar as decisões.

Para Jordan (2009), busca-se, na essência, um desenvolvimento integrado e sustentável dos territórios a partir de um novo desenvolvimento institucional, que integre o Estado e a sociedade na busca de respostas às necessidades dos



cidadãos, que tratem a coisa pública não como responsabilidade de um ou de outro, mas como objeto de planejamento e ação conjunta de responsabilidade mútua.

Portuguez (2012, p.129) ressalta a importância da participação de todos os atores sociais neste processo:

Para a geração de emprego e renda locais; fortalecer a governança local, em articulação com os demais atores envolvidos na atividade turística; diminuir os vazamentos de renda e fomentar o adensamento do mercado local; estruturar este segmento turístico, em face de crescente demanda turística, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados.

Do ponto de vista do desenvolvimento do turismo local, é possível estabelecer alguns pressupostos que auxiliam nesse desenvolvimento, como o dimensionamento das potencialidades internas do território, promoção dos processos de inclusão social a partir do crescimento dos níveis de empregabilidade e de renda e capacitação dos recursos humanos, visando mobilizar ações empreendedoras. Além disso, é preciso dimensionar a ociosidade dos recursos humanos e naturais e do capital social básico ou economias externas existentes para, dessa forma, gerar o próprio desenvolvimento local a partir de um esforço endógeno e autônomo de organização social (AGUIAR, 2007).

#### **4 A COMUNIDADE PESQUISADA**

Este capítulo traz uma caracterização geral do Distrito de Pendanga, pertencente ao Município de Ibirapu, no estado do Espírito Santo, apresentando o conjunto de elementos comuns que compõem o patrimônio cultural e turístico da localidade, o que a credencia para a implantação da atividade, já em curso na região.

Ibirapu, incluindo seu distrito mais antigo – Pendanga foi colonizado por imigrantes italianos, no ano de 1877 com a vinda de italianos de Gênova para o Brasil. É cortado pela BR-101 e pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, sendo próximo à capital Vitória e do litoral capixaba, se encontrando na região do Verde e das Águas. Possui

um relevo diversificado com montanhas, planícies e cachoeiras coberto por trechos remanescentes de Mata Atlântica (IBIRAÇÚ, 2014).

Como principal atrativo destaca-se o segmento do turismo religioso, pela edificação do único santuário da região norte do Estado do Espírito Santo, Santuário Nossa Senhora da Saúde que recebe milhares de fiéis. Também se localiza em Ibirapu o maior mosteiro zen budista da América Latina, o Mosteiro Zen Morro da Vargem.

Com a presença das crenças cristã e budista, surgiu o “Caminho da Sabedoria”, trajeto com 110 km de meditação e encontro com a natureza, onde peregrinos de várias regiões do país, e até do exterior, são recebidos pelos moradores em uma nova modalidade de hospedagem na região: o projeto Cama e Café, que oferece aos novos viajantes acomodação e refeições para a continuidade do trajeto. A caminhada começa na Sede do Município, passa pelo Distrito de Pendanga e povoados como Pedro Palácios, Rio Lampê e Santo Antônio.

Caminhos da Sabedoria é um circuito de peregrinação espiritual marcado por igrejas, capelas e templos, além das belas manifestações da Mata Atlântica.[...] Ao todo, são 23 pontos de referência histórica, 21 capelas e igrejas, além do Santuário Diocesano de Nossa Senhora da Saúde e do Mosteiro Zen Morro da Vargem - maiores símbolos de fé e espiritualidade regionais. O cenário proporciona uma verdadeira viagem pelo tempo, atravessando fazendas centenárias, matas, cachoeiras, igrejas e antigas e estações ferroviárias (IBIRAÇÚ, 2014).

A conselheira do Grupo Gestor Caminho da Sabedoria relata que o referido grupo é a instância deliberativa deste circuito turístico e que foi ampliado para todos os empreendimentos inseridos no trajeto ligados ao artesanato, alimentação, agroindústria, hotelaria, Diocese e outros segmentos. Estão sendo cadastrados moradores para se capacitarem para o projeto e alguns já atendem, desde 2010, por meio de orientações do SENAR e apoio do SEBRAE<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Entrevista concedida à Maria Goretti Tótola Buzzo em 12 fev.2014.

A localidade tem, em sua história e origem étnica dos imigrantes italianos, sua maior atratividade. Essa origem traz como legado elementos culturais que são singulares na percepção de moradores.

É uma vila italiana que conta uma história. Tem a festa de Pendanga que é uma festa da cultura italiana, a festa tem a carretela no sábado, dança folclórica, caminhão distribuindo vinho, lingüiça, polenta, museu, quadra, casarões, Igreja Sagrada Família, Igreja Santo Antônio que tem 108 anos<sup>4</sup>.

Dentre os atrativos citados, destaca-se o Museu Zio Mínio (tio Germínio), mantido pelo maestro Dival Antônio Curto, 80 anos, profundo conhecedor da história da imigração italiana no Espírito Santo. Com acervo de várias famílias de imigrantes italianos, a fundação se deu em 2004, com o objetivo de reunir objetos, documentos, roupas, utensílios domésticos, ferramentas e materiais diversos, para mostrar aos visitantes um cuidadoso levantamento das origens italianas na propriedade da família Curto e de outras famílias.

Neto de Curto Antonio, imigrante italiano que se instalou em Pendanga quando soube que a estrada de ferro Vitória a Minas passaria pela localidade, Dival conta que "os italianos vieram para o Brasil com promessas que se transformaram em balelas, já que foram abandonados pelo governo brasileiro em locais inóspitos e tomados por florestas fechadas"<sup>5</sup>.

A festa da Vila Italiana de Pendanga é citada pelos moradores como o ponto alto das comemorações da localidade. Também foi idealizada pelo Sr. Dival Antônio Curto para resgatar os costumes italianos, homenageando famílias reconhecidamente italianas com títulos do Arquivo Público Estadual. A filha do idealizador explica que, com uma capacidade de organização comunitária, os moradores se envolvem e participam recebendo famílias de diversas partes do país que apresentam sua árvore genealógica e ressaltam hábitos e fatos de sua história<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> Moradora há 17 anos no vilarejo. Entrevista concedida a Maria Goretti Tótola Buzzo em 04 fev. 2014.

<sup>5</sup> Reportagem de Danilo Salvadeo ao Jornal O Imigrante. Disponível em <http://oimigrante.spaceblog.com.br/87/>. Acesso em 02 fev. 2014.

<sup>6</sup> Entrevista concedida a Maria Goretti Tótola Buzzo em 18 fev. 2014.

A Trezena de Santo Antônio é uma festa particular realizada também na propriedade da Família Curto que se estendeu para toda a comunidade de Pendanga. São treze dias de oração, sendo que, no 12º dia, é feito após a celebração um conagraçamento com todas as famílias que participaram da trezena. E, no último dia, é celebrada uma missa com o Bispo na Igreja mais antiga da localidade, fundada com a imagem trazida pelos imigrantes italianos como marco inicial da localidade.

Percebe-se, nos discursos dos moradores, grande orgulho cultural quanto às suas raízes e atrativos, ressaltando a antiga igreja de Santo Antônio, as cachoeiras de Piabas e Palmeiras, povoados pertencentes à Pendanga, a captação de água ainda artesanal, as festas tradicionais que possibilitam grande coesão social na comunidade, o Museu e a família Curto que se tornaram referência para os moradores da localidade e, acima de tudo, a história de desbravamento dos imigrantes italianos: “Pendanga pode ser um atrativo turístico pelo fato dos imigrantes virem de tão longe, passarem tanta dificuldade lá. Só eles mesmos tiveram coragem de sair do lugar deles prá vir pro mato”<sup>7</sup>.

A localidade ainda não possui empreendimentos e infraestrutura voltados para o turismo e sequer o conhecimento de sua importância como geradora de renda e desenvolvimento social, conforme veremos no capítulo seguinte. No entanto, os moradores conseguem apontar as demandas para melhoria do lugar: pizzaria e restaurantes, estradas pavimentadas, melhor sinalização, equipamentos de hospedagem como pousadas e mais investimento no resgate da cultura local como a manutenção do idioma italiano.

Segundo Mielke (2009, p. 49), “O turismo contribui, e muito, para uma consciência comunitária mais sólida, o que resulta, muitas vezes, em ganhos intangíveis que serão percebidos ao longo do processo que pode demorar alguns anos”.

---

<sup>7</sup> Proprietária de um dos casarões mais antigos da localidade. Entrevista concedida à Maria Goretti Tótola Buzzo em 04 fev. 2014.

## **5 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE PARA O TURISMO DE BASE LOCAL**

O eixo balizador desta pesquisa é a perspectiva de se trabalhar a atividade turística fundamentada nas noções comunitárias de gestão, como possibilidade de geração de renda e desenvolvimento socioambiental dos atores envolvidos. Nessa abordagem, o sentido comunitário transcenderá a perspectiva clássica das populações de baixa renda ou comunidades tradicionais para alcançar o sentido de comum e coletivo.

Nesse sentido, além da condução das ações por parte do poder público, as organizações, que possuem o objetivo de participação comunitária e coletiva, ganham importância estratégica, pois essa estrutura é a que estimulará as lideranças comunitárias a tomar parte do processo decisório.

Nas palavras de Mielke (2009), para o desenvolvimento do turismo de base local é preciso que se constitua uma sociedade associativo-cooperativa onde o que impera é a democracia e a gestão participativa em que o objetivo é o coletivo e não o individual. Isso pode ser feito por meio da reativação ou criação de associações, cooperativas, ONGs e um novo modelo de gestão que é a instância de governança.

Neste contexto a palavra instância tem o significado de “ente organizacional”. É um tipo de organização social que pode assumir vários formatos, como, por exemplo: Conselho, Fórum, Associação, Agência e etc. [...] O termo “governança” é relativamente novo. Pode-se conceituá-lo como a capacidade de administrar ou, mais especificamente, como a capacidade que os governos tem de criar condições e de responder às demandas da sociedade. Em se tratando da governança social ou governança democrática, essa capacidade de governar pressupõe uma administração participativa que envolve as populações locais na elaboração, monitoramento e, em alguns casos, na execução de políticas públicas em nível nacional, estadual, regional e municipal (CERQUEIRA, 2009, p. 206).

Na comunidade estudada, os moradores entrevistados acreditam que o turismo pode ser uma alternativa de renda para alavancar a economia local. Nas palavras da responsável pelo Museu Zio Mínió:

A única solução para gerar renda é o turismo. A única solução que motivaria o comércio. Diversificaria as ofertas. Aumentaria a renda do município. Por que não gira só no comércio. Gira nos informais. Nos

prestadores de serviço. Nos guias, sabe? Um investimento em melhoria de estrada, de sinalização. O estado se sentiria voltado pra auxiliar o município por que ele também seria beneficiado.

Essa percepção é compartilhada pelo Secretário de Turismo, Cultura e Esporte de Ibiracu que credita às condições geográficas e localização do município, servido inclusive por ferrovia, os principais atributos para o interesse pelo turismo<sup>8</sup>.

Com relação às ações do poder público em prol do turismo em Pendanga, observa-se certa inércia no que se refere ao desenvolvimento do turismo no Município como um todo. A comunidade fala da ausência desta representatividade na localidade, descrédito e burocracia nas demandas apresentadas, as quais giram em torno das necessidades das festas e comemorações que realizam frequentemente, como citadas em capítulo anterior. Por outro lado, a Prefeitura alega que os maiores custos desses eventos são arcados pela gestão pública e não há reconhecimento por parte da comunidade.

O que se destaca na gestão pública atual é o incentivo à discussão e decisão participativa e comunitária com relação à atividade turística local por meio da criação de instância de governança deliberativa, conforme citado em capítulo anterior, o Grupo Gestor Caminho da Sabedoria, que, sem dúvida, pode ser considerado o precursor de um processo de base local. Como afirmou Mielke (2009), para o desenvolvimento do turismo de base local e comunitária o que impera é a democracia e a gestão participativa por meio de organizações de instâncias coletivas.

Há ainda uma associação de moradores voltada iminentemente para questões sociais de lazer e entretenimento da comunidade, como organização de festas e bailes - Associação Bairro de Pendanga. Nas palavras da presidente Euridice Bortolini Vescovi “Tem CNPJ, tem tudo. A gente paga tudo direitinho, arrecadando

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida à Maria Goretti Tótola Buzzo em 04 fev. 2014.

dinheiro nas festas, nunca precisou da Prefeitura ajudar. [...] Não tem associado. Todo mundo usa. Não se paga nada”<sup>9</sup>.

Uma das moradoras acha que o turismo de Pendanga “é um negócio que não dá muito certo, porque quando uns querem fazer alguma coisa, outros não querem”, não havendo um alinhamento nos interesses<sup>10</sup>. O que se percebe é a baixa consciência dos moradores com relação aos problemas sociais de maneira ampla, seguida de baixa participação em organizações coletivas que se interessam efetivamente pelo coletivo.

Sem dúvida alguma, o processo de envolvimento comunitário é uma das grandes chaves para o sucesso. Porém, deve-se ter desde o início da concepção do projeto, muito claro que o turismo não irá atender e resolver todos os problemas sociais das comunidades. É importante frisar que, além do comprometimento ser essencial, as contrapartidas devem ser verificadas e acordadas, de forma equilibrada, entre as partes (MIELKE, 2009, p. 50).

Portanto, é importante ressaltar que, no planejamento da atividade turística, é preciso avaliar a participação de alguns atores que, muitas vezes, fazem a diferença no êxito ou fracasso no plano de desenvolvimento.

Apesar de o turismo ser uma atividade que tem todas as ferramentas para melhorar as condições de vida de uma comunidade, deve-se ficar claro que é um processo que tem limitações em seu desenvolvimento e deve ser amplamente debatido com a comunidade local (MIELKE, 2009).

De acordo com Beni (2006), todo projeto de desenvolvimento turístico local/regional gera um processo de reconstrução/reapropriação de um território. Esse processo implica uma nova ordenação territorial, que seja sustentável a partir dos interesses coletivos da região. Criando assim, um novo padrão de desenvolvimento, obedecendo, não mais à racionalidade da acumulação e consumo, mas principalmente da qualidade de vida a curto, médio e longo prazos.

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida à Maria Goretti Tótola Buzzo em 04 fev. 2014.

<sup>10</sup> Proprietária de um casarão datado da década de 1920. Entrevista concedida à Maria Goretti Tótola Buzzo em 04 fev. 2014.

Diante do exposto neste trabalho, constatou-se o seguinte quadro na condução do turismo de base local na comunidade de Pendanga - Ibirapu:

- A comunidade carece de investimento em infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos;
- há divergência entre alguns moradores que dificultam a integração de novos atores;
- pouca sensibilização por parte da comunidade para a importância do turismo;
- a comunidade tem conhecimento do Caminho da Sabedoria, mas muitos moradores não se interessam para participar efetivamente;
- baixa participação da comunidade junto às lideranças locais.

Portanto, para que o turismo de base local se desenvolva efetivamente preservando a sua identidade cultural, social e ambiental nessa comunidade, é importante que se inicie um processo de sensibilização e estímulo da comunidade para o desenvolvimento do turismo de base local, o que deve ser conduzido inicialmente pelo poder público. A forma como o projeto de turismo for concebido e como ele será complementado deve fazer sentido para a comunidade ao longo de todo o processo.

O poder público deve se empenhar, possuindo, em seu quadro, profissionais qualificados, aptos a gerir esse processo, que envolve ainda, juntamente com parcerias como o SEBRAE, incentivos ao empreendedorismo local, possibilitando geração de renda e emprego aos moradores e investimentos em infraestrutura básica.

Em contrapartida, a chave é a maior participação da comunidade com maior engajamento dos atores sociais como líderes do processo, que pode ser conduzido também por organizações do terceiro setor, incentivando associações e cooperativas que gerem renda a partir das tradições locais para esses moradores.

Por fim, ressalta-se a necessidade do resgate das tradições culturais locais que, como matéria-prima para o turismo, poderão se concretizar em atrativos para uma



demanda de turistas que aprecia a originalidade das tradições, do ambiente rural e da natureza presente, fortalecendo as ações desejadas para o desenvolvimento do turismo local.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa apresentada aqui consistiu em um estudo de caso no distrito de Pendanga – Ibraçu (ES), sendo este o primeiro distrito a ser colonizado por imigrantes italianos. Essa origem traz como legado elementos culturais que são singulares na percepção de moradores, como a antiga Igreja de Santo Antônio e casario, as cachoeiras de Piabas e Palmeiras e as festas tradicionais que possibilitam grande coesão social na comunidade.

No seu contexto teórico, foi analisada a importância do desenvolvimento turístico nas comunidades tradicionais, tornando essas comunidades como atrativos turísticos em potencial, disseminando a economia local, preservando a sua cultura, seus costumes e suas tradições e principalmente a união das famílias da comunidade. É fato que o turismo é uma alavanca para impulsionar a economia dessas comunidades, com geração de renda para os pequenos proprietários que ali residem.

Especificamente, na comunidade estudada, é preciso uma maior participação do poder público junto aos atores sociais locais que também demandam maior organização democrática em instâncias participativas.

Por outro lado, pode-se dizer que o turismo de base local e comunitária de Pendanga é incipiente, mas, sem dúvida, nenhuma poderá se tornar um produto turístico singular, especialmente voltado para as tradições culturais, turismo rural e de natureza, se houver participação mais efetiva da comunidade em parceria com o poder público local que, por sua vez, precisa incentivar o processo de empreendedorismo local e investir em infraestrutura de equipamentos e serviços.

Ações como: palestras aos moradores de Pendanga voltadas à importância do turismo local; cursos de capacitação e qualificação em atendimento; valorização e padronização da gastronomia local com a abertura de novos empreendimentos nesta área; criação de portal na entrada de Pendanga dando visibilidade ao distrito; reimplantação do curso de italiano na comunidade; abertura diária do Museo Zio Mínio; incentivo à abertura de empreendimentos locais voltados à comercialização de produtos da região como biscoitos, queijos, lingüiça e o resgate da produção da bebida típica 'gengibirra'.

Espera-se que, a partir destas ações, o distrito de Pendanga dinamize a economia local, o desenvolvimento social, cultural e ambiental e se torne um exemplo de turismo de base local e comunitária para o Estado do Espírito Santo.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. M. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. In: SEABRA, G. Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional. Paraíba, 2007.

ARAÚJO, M. **O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil.** Turismo em Análise, 2011.

BARTOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SANSOLO, Davis Gruber. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BENI, M.C. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Sustentabilidade Sociocultural. Brasília, 2006.

CERQUEIRA, R. Ramos. As instâncias de governança de turismo no Brasil. In: ZAPATA, Tânia (org.). Desenvolvimento Local e a Nova Governança. Recife: Editora Elógica, 2009.

IRVING, M. D. Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária: inovar é possível? IN: BARTHOLO, R.; GRUBERSANSOLO, D; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MALDONADO, C.. O turismo comunitário na América Latina: gênese, características, e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MIELKE, E. J. C. Desenvolvimento turístico de base comunitária. Campinas; SP. Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, H. R.; RICCO, A. S. Turismo e desenvolvimento sustentável de base local: um estudo de caso na comunidade da Ilha das Caieiras. Revista Destarte. ISSN: (e) 2237-2113, V. 3, N.1, 2013. Disponível em <http://revistas.es.estacio.br/index.php/destarte/issue/view/18/showtoc>.

PORTUGUEZ, A. P; SEABRA, G; QUEIROZ, O. T. M. M. (Org.). Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa, PB: Universitária da UFPB, 2012.

PREFEITURA Municipal de Ibiracu. Disponível em <http://www.ibiracu.es.gov.br/turismo/> Acesso em 16 dez. 2014.

SALVADEO, Danilo. **Reportagem ao Jornal O Imigrante**> Disponível em <http://oimigrante.spaceblog.com.br/576925/Museu-de-Pendanga-resgata-a-cultura-italiana-em-Ibiracu/>>. Acesso em 02 fev. 2014.

SEABRA, G. Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional. Paraíba, 2007.

SILVEIRA, Marcos A. t. da, Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o Turismo sustentável. In. RODRIGUES, Adir Balastrieri. **Turismo desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ZAMIGNAN, Gabriela; SAMPAIO, Carlos Alberto. **Turismo de base comunitária como perspectiva para a preservação da biodiversidade e de modos de vidas de comunidades tradicionais**: a experiência da Micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). V Encontro Nacional da Anppas, Florianópolis (SC), 2010.